



Conselho das Comunidades Portuguesas

CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios (CTSEFM) - Sala 9

Lisboa, Assembleia da República, 6 e 7 Maio 2019

ATA DAS REUNIÕES

Antonio de Freitas – Venezuela - Presidente
Gabriel Marques – EUA – Secretário
Gilberto Martins – África do Sul (AUSENTE)
Maria Violante Martins – Argentina
Manuel Cardia Lima – França
Armando de Jesus – Macau (AUSENTE)
Manuel Baião Figueira – Suíça

Dia 6

1. Os trabalhos desta Comissão tiveram início pelas 09h00, com as boas-vindas do Presidente da Comissão aos Conselheiros presentes
2. Seguiu-se a aprovação da Ordem de Trabalhos.
3. Foi aprovada por unanimidade. a eleição do Presidente e do Secretário, repetivamente o Conselheiro António de Freitas, da Venezuela e do Conselheiro Gabriel Marques, dos EUA, Secretário, para o ano 2018-2019.

4. O Presidente pediu que fique anotado que Gilberto Martins faltou as três reuniões em Portugal da Comissão, durante o nosso mandato.
5. O Presidente apresentou e leu os itens anteriores, que foram previamente aprovados.
6. O Conselheiro Manuel Figueira abriu a discussão solicitando que os membros do CCP integrem o Conselho Consultivo por lei, pela duração do seu mandato.
7. O mesmo Conselheiro solicitou ainda, sempre que o Secretario de Estado ou outras Entidades Oficiais portuguesas visitem as Comunidades, da importância de envolver e convidar os Conselheiros da respectiva área.
8. Para o efeito haveria a necessidade da identificação oficial do Conselheiro.
9. Esta Comissão propõe um orçamento próprio para o CCP. Enquanto este não existe sugere-se que as verbas atribuídas sejam suficientes para o bom funcionamento do Conselho Permanente, Comissões Temáticas e Conselhos Regionais e locais para tornar possível o trabalho dos conselheiros no país de acolhimento. Sobre este assunto esta Comissão recomenda ainda que seja enviada uma carta à Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, através do Conselho Permanente.
10. Pelas 11h30, a pedido do Presidente e de acordo com a Ordem de Trabalhos, foi recebido, nesta Comissão, o Dr. Bernardo Sousa Reis, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais e Dr. Luis Castilho. Depois das boas-vindas e declaração de abertura do nosso Presidente aos convidados, foram colocadas várias questões.
 - a. O Dr. Bernardo falou especificamente sobre o novo guia fiscal, que terá uma secção genérica e

informações específicas do país para os emigrantes que vivem nos países de acolhimento. A iniciativa do guia foi criada durante a reunião desta Comissão em 2018.

- b. Conselheiro Manuel Cardia solicitou esclarecimentos e algumas informações de como o guia está estruturado. O Dr. Luis explicou que existe um guia generico 16 guias específicos.
- c. O Conselheiro Manuel Figueira pediu ainda esclarecimentos específicos sobre a dupla tributação entre a Suíça e Portugal, uma vez que devido à sua pesquisa o mesmo acredita que exista dupla tributação. Solicitou ainda esclarecimentos sobre se o IMI é um imposto.

O Dr. Luis explicou que os impostos sobre rendimento e patrimonio não são considerados como dupla tributação. O Dr. Bernardo acrescentou que, em termos deste Tratado, os impostos devem ser de natureza recíproca e que a Suíça criou vários impostos que operam fora do tratado.

Perante este esclarecimento o Conselheiro Manuel Figueira acrescentou que, nesta situação específica, os emigrantes portugueses estão sendo financeiramente lesados com o Tratado.

- d. A Conselheira Maria Violante fez então uma pergunta específica sobre o representante fiscal e se era um requisito. O Dr. Luis explicou que, se tiver algum assunto financeiro em Portugal, é necessário.
- e. Dr. Luis, em seguida, discutiu o conceito de renda mundial, em que o residente de qualquer país é obrigado a declarar os seus rendimentos. Nos casos em que o imposto WWI é duplo, uma pessoa não pagará o dobro, pagará a diferença se nesse país for maior.

- f. O Conselheiro Cardia destacou a realização do Guia fiscal e o feedback positivo em toda a Europa e qual a para quando o lançamento do Guia.

- g. O Presidente Flavio Martins levantou duas questões: sobre a possibilidade do CCP rever o Guia fiscal antes do seu lançamento. A segunda é que sejam discutidos nos casos específicos do Guia, por exemplo, em alguns países mais importantes, quais as soluções que também poderiam ser discutidas ou recomendadas.

- h. O Conselheiro Manuel Figueira apoiou as recomendações do Presidente Flavio Martins.

- i. O Dr. Bernardo revelou que o lançamento oficial do Guia será no dia 3 de junho e será distribuído pela rede consular e online. Em resposta específica ao Presidente Flavio Martins, o mesmo acredita que são boas sugestões e fará o seu melhor para implementar, talvez para uma segunda edição.

- j. O Presidente DeFreitas então interveio e perguntou se os Guias específicos do país já estão escritos, ao qual o Dr. Bernardo informou que eles estão em fase final, mas não terminada.

O Presidente agradeceu a sua presença dos Drs. Bernardo e Luis Castilho nesta Comissão e realizou uma pausa às 12h00.

11. Pelas 14h00, a Comissão deu as boas-vindas ao Dr. Fernando Quintas, Assessor das Relações Institucionais e Mercados Externos da AICEP e Dr. Pedro Patricio, Director da Rede Externa.

- a. Os convidados fizeram uma pequena declaração de abertura e uma apresentação sobre os serviços da AICEP e a economia externa portuguesa em geral.
- b. O Conselheiro Manuel Cardia questionou sobre o BREXIT, ao qual o Dr. Pedro observou que está pressionando o turismo, mas não mais ou menos do que outros países.
- c. A Conselheira Maria Violante perguntou sobre energias renováveis e exportação em geral à Argentina, ao que Dr. Pedro respondeu que é um mercado pequeno e que a AICEP está sempre à procura de oportunidades para aumentar a participação nesse mercado.
- d. O Dr. Pedro esclareceu ainda que a AICEP trabalha com pedidos específicos, mas não dá sugestões ou recomendações por parte das empresas quando investem em Portugal.
- e. O Conselheiro Manuel Cardima perguntou quais as diferenças entre a Câmara de Comércio e AICEP - ao que o Dr. Pedro explicou que em quanto os dois trabalham bem em conjunto, a Câmara de Comercio é privada, a AICEP e uma associacao publica.
- f. A Conselheira Maria Violante e Dr. Pedro, comentaram e concordaram que um voo direto da TAP para a Argentina faria toda a diferença na promoção do comércio.
- g. O Presidente da Comissao Antontio de Freitas pediu esclarecimentos sobre o foco da AICEP junto aos investidores pequenos. O Dr. Pedro reiterou que o objectivo do AICEP não era apoiar um investidor individual que vem a Portugal a abrir uma cadeia de restaurantes, mas sim trazer empresas e industrias para Portugal.
- h. O Dr. Pedro acrescentou ainda que a AICEP ajuda as pequenas e médias empresas a exportar e as grandes empresas a estabelecerem presenças físicas em Portugal e deu alguns exemplos.

Por ultimo, O Presidente Antonio de Freitas agradeceu ao Dr. Fernando e Dr. Pedro a sua presença nesta Comissão e realizou uma pausa às 15h30.

Os trabalhos terminaram pelas 17h30.

Dia 7 - Sala Sophia

1. Os trabalhos tiveram início pelas 9h00, com as boas-vindas do Presidente.
2. A Comissão abriu a discussão sobre assuntos da DGACCP. Para o efeito, recebeu a Dra. Rosa Campizes, Diretora de Servicos de Emigracao.
 - a. A Dra. Rosa deu-lhe saudou os presentes e começou com uma apresentação preparada sobre ASIC e ASEC, que será enviada e anexada a esta ata.
 - b. A Conselheira Maria Violante, em seguida, discutiu várias situações específicas na Argentina, no que respeita, a benefícios de apoio social acrescentou ainda que os benefícios não são transferíveis para os filhos.
 - c. O Presidente Flavio Martins então perguntou à Dra. Rosa se as informações sobre o financiamento e as estatísticas dos programas pudessem ser enviadas para o site do CCP ou, pelo menos, haver um link com as informações disponíveis no site da DGACCP. Em resposta, a Dra. Rosa concordou com a ideia e disse que trabalharia com o Conselho Permanente para realizar esse pedido.
 - d. A Dra. Rosa informou que os benefícios geralmente são feitos através de cheque, exceto no caso do Brasil, que é via eletrônica. Esclareceu ainda que é este mecanismo e feito principalmente por razões de fraude e abuso, incluindo onde os cidadãos estão a receber benefícios duplos com seu país de residencia.

- e. O Conselheiro Manuel Figueida pediu então esclarecimentos entre ASEC e ASIC, aos quais a Dra. Rosa respondeu com os detalhes usuais disponíveis na apresentação.
- f. O Presidente Antonio de Freitas mencionou a revisão de 2010 à lei e solicitou mais informações sobre a situação na Venezuela.
- g. Dra. Rosa explicou que os nomes não são divulgados, mas que disponibilizaria estatísticas que a comissão poderia usar para avaliar melhor os programas. Acrescentou ainda que, no caso da Venezuela, há vários casos de fraude e benefícios duplos que prejudicam o sucesso do programa no país.
- h. A Conselheira Maria Violante mencionou situações semelhantes na Argentina.

O Presidente agradeceu mais uma vez a presença Dra. Rosa Campizes a sua presença nesta Comissão e fez-se uma pausa às 11h00.

A reunião terminou pelas 17h00.

Antonio de Freitas
Presidente

Marques

Gabriel
Secretário